



RESPOSTA À DILIGÊNCIA Nº 3

Processo SEI nº 00190.102224/2025-21
Pregão Eletrônico nº 90005/2025 – Edital nº 52/2025
Empresa: A&M Solution Agência Digital LTDA

À
Controladoria-Geral da União
Coordenação-Geral de Licitações, Contratos e Documentação

Prezados,

Em atenção à **Diligência nº 3**, expedida nos termos do art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e demais dispositivos do Edital e do Termo de Referência, apresentamos os devidos esclarecimentos e documentos complementares conforme solicitado:

1. Jornada de Trabalho

A jornada de trabalho de **44 (quarenta e quatro) horas semanais**, conforme disposto no item 3.9 do Termo de Referência, foi inserida de forma explícita nas planilhas de custos e formação de preços.

Anexo: Planilhas atualizadas.

2. Aba "Tributos" com valores zerados

Esclarecemos que a aba "Tributos" das planilhas possui **função meramente referencial**, sendo utilizada **somente para alimentar os percentuais aplicáveis nas abas de custos (1 e 2)**. Portanto, os valores zerados nesta aba não implicam omissão ou ausência de tributos, uma vez que os **encargos estão corretamente refletidos nas seções pertinentes das planilhas**, garantindo a integridade do cálculo final da proposta.

Anexo: Planilhas de custos com tributos incorporados nas abas 1 e 2.

3. Data de Apresentação da Proposta

Foi incluída, conforme solicitado, a **data de apresentação da proposta (30/07/2025)** nas planilhas de custos e formação de preços.

Anexo: Planilhas atualizadas.

4. Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo

A divergência do ano foi corrigida. As planilhas foram atualizadas para refletir corretamente o período **2024/2025**, em conformidade com o instrumento coletivo vigente.

Anexo: Acordo ou Convenção Coletiva 2024/2025.



5. INSS – Alíquota Zero

A empresa encontra-se **enquadrada no regime de Lucro Presumido** e, conforme facultado pela **Lei nº 12.546/2011**, optou pela **Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)**, à alíquota de **4,5%**, substituindo a contribuição previdenciária patronal de 20%.

Dessa forma, o campo do INSS patronal foi zerado na planilha, com base no regime tributário adotado e na substituição legal da base de cálculo.

Jurisprudência aplicável:

- TCU – **Acórdão nº 2.145/2016 - Plenário**
- TCU – **Acórdão nº 1.218/2020 - Plenário**

Anexo: Comprovantes de apuração/recolhimento da CPRB.

6. Seguro de Acidente de Trabalho (SAT/RAT x FAP)

A alíquota de **1% para RAT** foi adotada com base na atividade econômica principal da empresa (CNAE) e está **comprovada nos documentos apresentados previamente**.

O **Fator Acidentário de Prevenção (FAP)** de **1,0000** também está devidamente comprovado com validade para o ano de 2025.

Documentos comprobatórios já apresentados no arquivo:
"5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES.zip", contendo:

- Comprovante GFIP atualizado;
- Consulta FAP com vigência 2025.

A documentação atende integralmente ao que prevê o **Decreto nº 3.048/1999**, art. 202-A.

7. Conta Vinculada – Provisão de Férias

A alíquota aplicada de **11,11%** representa a soma de:

- 1/12 (8,33%) de férias;
- 1/12 do adicional de 1/3 constitucional (2,78%).

Trata-se de metodologia **consolidada e aceita pela jurisprudência e por órgãos de controle**, desde que demonstrada sua exequibilidade, conforme segue:

Memória de cálculo:

- $R\$ (\text{Salário Base}) \times (8,33\% + 2,78\%) = R\$ (\text{valor mensal de provisão})$

Base legal:

- CLT, arts. 129 a 145
- CF, art. 7º, XVII e XVIII
- TCU – **Acórdão nº 2.831/2022 – Plenário**



8. Conta Vinculada – Multas Rescisórias sobre o FGTS (API + APT)

As alíquotas aplicadas (3,48% sobre Aviso Prévio Indenizado e 0,062% sobre Aviso Prévio Trabalhado, totalizando **3,542%**) foram definidas com base na **histórica média de desligamentos da empresa**, mantendo a sustentabilidade contratual e a viabilidade econômica da proposta.

Justificativa técnica:

- Levantamento estatístico das rescisões contratuais da empresa nos últimos 24 meses.
- Percentual compatível com os custos efetivos e práticas da contratada.

Base legal:

- Lei nº 8.036/1990
- TCU – Acórdão nº 3.321/2013 – Plenário
- IN SEGES nº 5/2017 – Anexo XII

9. Auxílio Transporte

O valor referente ao **auxílio transporte foi devidamente **zerado** nas planilhas atualizadas, considerando que a prestação dos serviços ocorrerá de forma **remota**, conforme estabelecido expressamente no **item 3.4 do Termo de Referência**.

Dessa forma, não há deslocamento físico dos colaboradores até a sede da contratante que justifique a concessão do benefício, sendo **inaplicável o fornecimento de vale-transporte** nas condições contratuais previstas.

Além disso, conforme o **Decreto nº 95.247/1987, art. 1º e 4º**, o vale-transporte é um benefício **condicionado à existência de deslocamento residência-trabalho** com transporte público coletivo. A **Súmula 76 do TST** também pacifica esse entendimento, ao declarar que **não é devido vale-transporte quando não há deslocamento para o local de trabalho**.

Adicionalmente, considerando o salário base informado para os postos (superior ao dobro do salário mínimo), a **dedução de 6%** prevista na CLT **não se mostra vantajosa nem obrigatória**, reforçando o caráter facultativo da concessão.

Dessa forma, a planilha foi ajustada e o campo de auxílio transporte **zerado**, de modo a refletir a real condição de trabalho dos profissionais alocados.

Base legal:

- Termo de Referência – item 3.4
- **Decreto nº 95.247/1987**, art. 1º e 4º
- **CLT**, art. 458, §2º, I
- **Súmula 76 do TST**
- Jurisprudência do TCU sobre compatibilidade entre o custo previsto e o regime efetivo de trabalho

Anexo: Planilhas de custos e formação de preços atualizadas.



10. Insumos Diversos

Em atenção à solicitação referente à ausência de valores na categoria de **insumos diversos**, informamos que realizamos a **atualização da planilha de custos** com a inclusão de um **valor simbólico correspondente ao uso de microcomputador** por colaborador.

A empresa **possui política interna de fornecimento de equipamentos** mínimos para todos os profissionais alocados em contratos públicos e privados, de modo que os custos operacionais com hardware são **absorvidos como parte da estrutura regular de funcionamento** da contratada. Todavia, para fins de compatibilização com os critérios de composição detalhada de preços exigidos no edital e no Termo de Referência, optamos por **inserir um valor estimado com base em modelo de locação mensal de equipamentos** com configuração compatível às funções de Arquiteto e Desenvolvedor de Software.

O valor simbólico considera:

- A **depreciação média de mercado** de microcomputadores em contratos de 36 meses;
- **Custos mensais praticados por fornecedores de locação de TI**, com base em orçamentos de referência atualizados.

A medida visa **reforçar a transparência e a viabilidade da proposta**, sem comprometer a competitividade da empresa nem desconfigurar a prática operacional vigente.

Fundamentação técnica:

- Termo de Referência – item 3.3 e 3.4 (prestação remota e insumos mínimos);
- Jurisprudência do TCU (ex.: Acórdão nº 3.222/2014 – Plenário), que reconhece a legitimidade da inclusão de custos simbólicos ou amortizados para insumos não reembolsáveis.

Anexo: Planilhas de custos com valor simbólico de microcomputador inserido no módulo de Insumos Diversos.

11. Margem de Lucro (1% a 2%)

A margem de lucro inicialmente apresentada foi de **1%**, ajustada estrategicamente durante a **fase competitiva do pregão**, considerando o cenário de lances sucessivos e **desclassificações de concorrentes**, como ocorre com frequência nos certames eletrônicos por menor preço global.

Apesar da margem reduzida, a proposta permanece plenamente **executável e sustentável**, em especial após a **exclusão do custo com vale-transporte** (conforme item 9), o que gerou **reajuste automático do fator K** e reforçou a viabilidade econômico-financeira da proposta.

Além disso, a **empresa adota práticas similares em contratos públicos de natureza compatível**, como no contrato em execução junto à **Superintendência da Polícia Rodoviária Federal de Santa Catarina**, onde opera com **fator K de 1,80** e margens entre **1,5% e 2%**, o que confirma a coerência e sustentabilidade da margem ora apresentada.

Jurisprudência relevante:

- **TCU – Acórdão nº 1.214/2021 – Plenário:** “Margens de lucro reduzidas não são, por si só, indicativas de inexecutabilidade.”



- **TCU – Acórdão nº 3.595/2016 – Plenário:** “Cabe à empresa comprovar, por documentos ou experiência prévia, a viabilidade de margens reduzidas.”

Dessa forma, **a exequibilidade da proposta está tecnicamente assegurada**, tanto pelo perfil de custos ajustados quanto pelo histórico de execução contratual exitosa em condições similares.

Anexos:

- Planilha final atualizada com margem ajustada;
- Comprovação do fator K adotado em contrato com a PRF-SC (se solicitado);

12. Enquadramento Sindical

A A&M Solution Agência Digital Ltda está formalmente **vinculada ao sindicato da categoria profissional com base territorial em Curitiba/PR**, local onde mantém sua sede administrativa, contratual e onde os colaboradores registrados exercem suas atividades laborais em **regime remoto**.

No entanto, considerando que a alocação prevista para este contrato refere-se à **Controladoria-Geral da União – Sede em Brasília/DF**, optamos, de forma prudente e colaborativa, por **anexar também a Convenção Coletiva do SINDPD-DF**, como medida de alinhamento à localidade da prestação de serviços contratada, ainda que esta seja realizada exclusivamente **de forma remota**, conforme item **3.4 do Termo de Referência**.

Essa postura visa garantir total **transparência, boa-fé e conformidade com as exigências editalícias**, evitando qualquer dúvida sobre o **enquadramento sindical da categoria**, mesmo em se tratando de **prestação não presencial**.

Importante registrar que esta **metodologia já é aplicada com regularidade em outros contratos da Administração Pública Federal**, inclusive junto à Polícia Rodoviária Federal e a outros órgãos com lotação nacional, sem qualquer óbice de ordem técnica ou jurídica.

Além disso, a **própria diretoria do SINDPD-DF**, por meio de e-mail oficial (21/07/2025), confirmou que, para fins de licitação, é suficiente a **anexação da convenção coletiva da categoria**, sendo que o **registro formal dos empregados pode ocorrer no momento da contratação**, conforme a base territorial adequada.

Base legal:

- CLT, arts. 511 a 611;
- TST – Súmula 374 (aplica-se o sindicato da base territorial da prestação);
- Decreto nº 5.450/2005 (princípios do pregão eletrônico – ampla competitividade e economia);
- Jurisprudência: TCU – Acórdão nº 1.920/2015 – Plenário.

Anexos:

- E-mail oficial do SINDPD-DF (21/07/2025);
- Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 – Curitiba/PR (sede da empresa);



- Declaração da empresa sobre o regime de trabalho remoto e vínculo com a legislação de origem.

13. Declaração de Responsabilidade Sindical

Em atendimento ao item **7.17.4 do Edital** e conforme modelo previsto no **Anexo VII-C da Instrução Normativa SEGES nº 5/2017**, a empresa apresenta a **Declaração de Responsabilidade pelo Enquadramento Sindical**, devidamente assinada por seu representante legal.

Por meio do referido documento, a A&M Solution Agência Digital Ltda declara que:

- **Reconhece e se responsabiliza integralmente por eventual erro de enquadramento sindical** que possa gerar vantagem indevida na fase de julgamento das propostas;
- **Assume total responsabilidade** por eventual utilização de instrumento coletivo incompatível com sua base sindical, ou na qual não tenha sido formalmente representada;
- Está ciente de que, em caso de ocorrência, **estará sujeita às sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, incluindo multa administrativa e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

A apresentação da referida declaração reforça a **boa-fé da empresa**, seu comprometimento com a **regularidade trabalhista**, bem como a **observância integral das exigências editalícias** e da legislação vigente.

Anexo:

- Declaração de Responsabilidade pelo Enquadramento Sindical – conforme modelo da IN SEGES nº 5/2017 – Anexo VII-C, assinada pelo representante legal da empresa.

Reiteramos o compromisso da A&M Solution Agência Digital Ltda com a **legalidade, exequibilidade e sustentabilidade da proposta**, e nos colocamos à disposição para quaisquer novos esclarecimentos.

Curitiba, 31 de julho de 2025

Marcus Fabio Martins Maximo da Silva
Diretor de Tecnologia
A&M Solution Agência Digital Ltda
CNPJ 34.766.560/0001-73

